

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.010

A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA FORMULAÇÃO DE REFORMAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Soraia Raquel Alves da Silva¹
Lucinete Marques Lima²

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre a influência do neoliberalismo na construção de políticas e reformas educacionais nas últimas décadas do século XX e no decorrer do século XXI, principalmente nos países em desenvolvimento. O ideário neoliberal se constitui em resposta ideológica e política a uma crise estrutural do capitalismo, objetivando a manutenção e hegemonia desse modo de produção. Considerando a amplitude da temática, o enfoque da análise se concentrou na atuação de organizações internacionais que, ao longo dos anos, têm se constituído em instâncias indutoras de políticas educacionais, a partir de premissas sustentadas pelo ideário neoliberal. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de abordagem qualitativa, tendo sido utilizadas a análise documental e bibliográfica. Assim, busca-se apreender os principais direcionamentos apontados por essas instituições, adotados pelos países na construção de suas políticas públicas, as conexões e entrelaçamentos com o pensamento neoliberal e os interesses subjacentes. Nesse sentido, no decorrer do artigo são identificadas orientações do receituário neoliberal, estruturadas, mormente, do ponto de vista dos países desenvolvidos - como minimização do Estado quanto aos gastos sociais e as intervenções econômicas, de incentivo ao livre mercado e às privatizações, de realização de reformas estruturais - implementadas em países em desenvolvimento, principalmente, sob a orientação dos organismos internacionais, defensores dos interesses do capital transnacional.

1 Doutoranda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, soraia46@gmail.com ;

2 Doutora pelo Curso de Doutorado em Educação da Universidade Estadual Paulista - UNESP, lucinete.ml@ufma.br .

Destarte, necessário se faz compreender de forma profunda e crítica os efeitos sociais das agendas globais com foco na mercantilização da educação, principalmente, considerando o risco de fragilizar a educação pública.

Palavras-chave: Política educacional, Neoliberalismo, Organizações internacionais.

INTRODUÇÃO

A análise do processo educacional e das políticas condutoras deve ocorrer na relação com o contexto histórico mundial e conjunturas nacionais, onde são gestadas e confrontadas nas disputas de interesses e poder travadas por diversas forças sociais representativas do capital e segmentos sociais organizados, por meio do próprio Estado, associações, sindicatos e outras estratégias organizativas.

Por certo, a educação como prática social encontra-se numa relação dialética articulada com a realidade concreta do contexto cultural, político e econômico da sociedade. Como afirma Saviani (1980, p. 151): “É preciso, pois, encarar a educação para além de suas fronteiras, tentando situá-la no seio da prática social e global e procurando compreendê-la ali, onde aparece como categoria mediadora.”

Portanto, ao se buscar compreender o sentido e o processo de construção das políticas e reformas educacionais, não se pode deixar de considerar o contexto capitalista contemporâneo, no qual se encontra inserido e amplamente impulsionado pelos princípios do neoliberalismo. Importante registrar que o termo neoliberalismo é construção histórica que elabora e reelabora significados com movimentos econômicos, políticos e culturais, situados no tempo e com marcas territoriais e de luta de classes sociais, tornando-se um conceito polissêmico e relevante para compreender também as políticas e práticas educacionais.

Nesse sentido, Fleck (2022) propõe que se distinga duas formas de uso do conceito neoliberal: como doutrina teórica ou ideológica (termo polissêmico e controverso) e como neoliberalismo realmente existente, preferindo focar no último para indicar o conjunto de políticas e práticas inspiradas em textos de seus intelectuais. Ele apresenta como justificativa da escolha as reconstruções históricas do sentido do conceito na doutrina neoliberal (década de 1930 a 1950 e a partir da década de 1970) e a não correspondência direta entre teoria e uso prático-político, bem como especificidades do uso e criação de práticas, políticas, regimes políticos e classificações de ciclos produtivos inspirados nessa doutrina. Para ele, a doutrina neoliberal surge no início do século XX e socializa-se por meio de um coletivo de pensadores de vários territórios em determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo e se consolida a partir da crise do keynesianismo nos anos 1970, tendo o protagonismo teórico do Colóquio de

Lippmann (primeiro movimento) e da Sociedade Mont Pelerin (segundo movimento) e o protagonismo político de Pinochet no Chile em 1973, de Margareth Thatcher no Reino Unido em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1981. Esse autor ainda identifica algumas tendências de estudo do problema a partir do pensamento de Althusser, de Bourdieu e de Marx.

Outra análise relevante é desenvolvida por Harvey (2007) sobre como o neoliberalismo, por meio de reformas institucionais e dispositivos discursivos, provoca a destruição criativa nas estruturas e relações de poder existentes, na organização da força de trabalho, nas relações sociais, nas políticas públicas, na produção científica e tecnológica, no modo de vida e no modo de pensar. No entanto, ele chama atenção para os movimentos de oposição que se fortalecem nas contradições do próprio neoliberalismo, no confronto do discurso em prol do bem de todos e os privilégios da classe dirigente, bem como a defesa de um mercado alimentado pela competição negada pelos monopólios, centralização e corporações e financeirização.

Não se deve esquecer, ainda, que há mais de sete décadas, o capital vem se reorganizando, tanto por meio de amplo processo de reestruturação produtiva com a inclusão de avanços tecnológicos e novas formas de acumulação flexível, quanto por meio de novos modelos de gestão organizacional e relações de trabalho. Esse movimento da acumulação do capital redefine as relações entre as nações e impõe a internacionalização do capital em escala planetária, com influências em nível hegemônico nos mais diversos espaços da sociedade, sendo a educação um dos campos de disputa.

Dessa maneira, na contemporaneidade, as reconfigurações do capital envolvem novas formas de governabilidade, influenciando notadamente como as políticas educacionais são desenhadas e desenvolvidas em territórios nacionais e globalmente. Como afirmam Neto e Rodriguez (2007, p. 1), nesse íterim de mudanças e reestruturação do capitalismo mundial, a educação destaca-se como “uma dimensão considerada nas políticas e nos programas de ajuste e de estabilização demandados pelo processo de reestruturação do Estado”.

Nesse contexto, instituições, agências e organizações financeiras atuam de forma sistêmica e orgânica na definição de pautas educacionais nos países em desenvolvimento, tendo como aporte os fundamentos do neoliberalismo.

Dessa forma, o presente artigo objetiva refletir sobre a influência do neoliberalismo na construção de políticas e reformas educacionais nas últimas

décadas do século XX e no decorrer do século XXI, principalmente nos países em desenvolvimento.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de abordagem qualitativa, tendo sido utilizadas a análise documental e bibliográfica. A análise respaldou-se na perspectiva materialista histórico-dialética, compreendendo que a escola assim como as políticas educacionais, não representam espaços neutros, pelo contrário, encontram-se amplamente inseridos e dialeticamente engendrado no todo social resultante de um movimento dinâmico e contraditório.

Dessa forma, ao trilhar os caminhos metodológicos do presente trabalho buscou-se compreender a educação no contexto geral da sociedade capitalista que a engendra, consideradas as complexas e contraditórias relações de poder e de classe desta/nesta sociedade; apreender os principais direcionamentos adotados pelos países na construção de suas políticas públicas, as conexões e entrelaçamentos com o pensamento neoliberal e os interesses subjacentes.

Para tanto, fundamentou-se em documentos de organismos internacionais que, ao longo dos anos, têm se constituído em instâncias indutoras de políticas educacionais, a partir de premissas sustentadas pelo ideário neoliberal; bem como em estudos de autores como Frigotto (1996), Gentilli (1998), Adrião (2018), Nader (2023), Gadotti (1995), Ball (2014), Brooke (2012), entre outros, que elaboraram trabalhos com importantes reflexões sobre a temática em questão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO

O ideário neoliberal se constitui em resposta ideológica e política a uma crise estrutural que o capital começou a atravessar decorrente do esgotamento do regime de acumulação baseada no binômio fordismo/taylorismo, com o intuito de reestabelecer o seu domínio hegemônico.

Como afirma Silva (2003, p. 23):

Apesar dos ideais neoliberais terem sido elaborados desde a década de 40 - logo depois da II Guerra Mundial - esta ideologia encontrou terreno propício à sua adoção e fortalecimento a partir da crise econômica dos anos 70, que trouxe um quadro recessivo de baixas taxas de lucro, combinado com altas taxas de inflação em países de capitalismo avançado e capitalismo

tardio. Neste período, marcado pelos evidentes sinais de estagnação do sistema produtivo, baseado no fordismo/taylorismo, e de acumulação do capital, o neoliberalismo, que se constitui em uma reação ofensiva contra o Estado Intervencionista, encontra condições favoráveis à disseminação de seus ideais alicerçados na crítica ao Estado de Bem-Estar (apontado como responsável pela crise econômica, porque elimina a concorrência e fortalece o sindicalismo) e na apologia ao mercado autorregulado e produtor do bem estar social.

Além disso, a difusão do neoliberalismo alcançou na década de 1980 uma expressão de caráter mundial, influenciando fortemente o processo de tomada de decisão nos mais diversos setores sociais e nas políticas públicas, principalmente, no que se refere às proposições referentes ao encolhimento do Estado. Entretanto, cabe ressaltar que a redução da participação do Estado na economia não significa ausência de papel forte na consolidação do neoliberalismo. Observa-se, ao longo dos anos, a busca por uma reestruturação do Estado, de forma que esteja alinhado às demandas dos interesses mercadológicos.

Como argumenta Nader (2019, p.2):

A própria ideia de “Estado mínimo” precede a existência de um “Estado forte” para impor a agenda neoliberal, disseminar a ideologia subjacente e conter as eventuais insatisfações populares, inclusive com o emprego da força se necessário.

Ball (2010) ao refletir sobre o neoliberalismo, compartilha do ponto de vista de Samir (apud Ball, 2010), compreendendo-o como um conjunto complexo de práticas, às vezes contraditórias, que se constroem em torno do imaginário do mercado, com forte penetração do discurso da mercantilização, da acumulação de capital e geração de lucros em quase todos os aspectos das nossas vidas.

No decorrer de sua trajetória histórica, o capitalismo, devido às suas próprias contradições, apresenta crises cíclicas que envolvem todas as esferas da prática social, necessitando reestruturar-se e recuperar o seu ciclo reprodutivo a cada ruptura. Tal processo, no entanto, não vem acompanhado pelo questionamento ou alteração da natureza ou dos fundamentos essenciais deste modo de produção. Vem, ao contrário, imprimido por uma “renovada morfologia de sentido transitório e relativamente estável que se reproduzirá até o surgimento de uma nova crise” (Gentilli, 1998, p.231). Nesse contexto, o neoliberalismo se

apresenta na busca por um maior dinamismo no processo de acumulação e dominação do capital.

Peck e Tickell (2002, apud Ball, 2014, p. 26) identificam três fases inter-relacionadas do neoliberalismo, a saber: “proto neoliberalismo” que corresponde ao projeto intelectual, moldado por Hayek e Friedman e outros teóricos econômicos, imprescindível para a elaboração discursiva de uma crise política e econômica do Estado de Bem-Estar Keynesiano; “neoliberalismo roll-back”, referente à descreditação das instituições Keynesiano-assistencialistas e sociais-coletivas; e “neoliberalismo roll-out” referente à construção de novos modos de governança, de relações reguladoras e novas formas neoliberalizadas de Estado, objetivando sua manutenção e consolidação.

O ideário neoliberal possui capacidade adaptativa e de reinvenção, apresentando contínuo ajuste discursivo, sempre com foco na geração de lucros e sobrevivência do capitalismo.

Segundo Nader (2019, p. 2):

o padrão de acumulação e apropriação de capital passou a se orientar cada vez mais pela lógica dos ganhos especulativos da esfera financeira, descolando-se gradativamente da esfera produtiva. A chamada “financeirização” ou “dominância financeira” é, portanto, um subproduto da estratégia neoliberal, embora, ao mesmo tempo, detenha sua própria autonomia, sendo capaz de sobrepor-la transversalmente e de se expandir indeterminadamente, numa lógica que congloba bancos, capitalistas produtivos, trabalhadores administração pública, o espaço urbano e o meio ambiente.

Além disso, o acelerado progresso das novas tecnologias da informação e da comunicação contribuem no processo de mundialização da economia. Como sinaliza Carnoy (2002, p. 21): “a vida da população dos países desenvolvidos e da maior parte dos países em desenvolvimento estão sendo transformada por reviravoltas históricas; as economias nacionais e, inclusive, as culturas nacionais, se mundializam”. E este aspecto também traz profundos impactos sobre os sistemas e as políticas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reformas e políticas educacionais construídas nas últimas décadas do século XX e no decorrer do século XXI, possuem forte influência do ideário neo-

liberal. Sob o discurso do papel da educação no desenvolvimento econômico, políticas educacionais são implementadas em defesa do aumento do desenvolvimento e da competitividade dos países.

Comumente, a minimização do Estado quanto aos gastos sociais e às intervenções sociais, o incentivo à privatização, a flexibilidade do mercado, a descentralização e o gerenciamento nos moldes da iniciativa privada são alguns dos princípios da ideologia neoliberal transferidos para as políticas públicas educacionais, principalmente nos países em desenvolvimento.

Na América Latina, observa-se a adoção de reformas educacionais que “aparentemente, possuem perfil nacional, mas têm de fato, uma base regional” (Neto; Rodriguez, 2007, p. 13), com estratégias comuns que acabam sendo adotadas em todo continente. Nesse processo, observa-se grande influência e orientação de organismos internacionais, defensores dos interesses do capital multinacional.

Agências, instituições e organizações internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), o Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial (BM), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Mundial do Comércio (OMC), União Europeia (UE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), capitaneadas pelos Estados Unidos e líderes da União Europeia, por exemplo, têm desempenhado, em defesa de um modelo de crescimento econômico, grande influência na indução e formulação de políticas sociais e, em especial, as educacionais, realizadas em países em desenvolvimento, como os da América Latina. Registre-se que, o modelo de crescimento econômico perseguido encontra-se indiscutivelmente fundamentado na manutenção do poder das nações desenvolvidas.

As formas de intervenção dessas instituições ocorrem, principalmente baseadas em tratados, acordos, empréstimos financeiros, financiamento e assistência técnica para a execução de projetos e programas, imposição de condicionalidades para liberação de empréstimos externos. Assim, principalmente, nos Estados pequenos, frágeis e em desenvolvimento, a agenda nacional para a educação se constrói com forte influência de decisões externas e de uma agenda supranacional.

Se por um lado, este processo de intervenção funciona como estratégia dos países mais desenvolvidos em estabelecer códigos de conduta político-econômica de acordo com seus interesses, por outro, demonstra a dependência dos países menos desenvolvidos. Provavelmente, as agendas destes países não se resumem apenas às recomendações dos organismos internacionais, no entanto, estes assumem forte preponderância na tomada de decisões das políticas implementadas. Predominantemente, nas décadas de 1980 e de 1990, as políticas educacionais, aprovadas nos países em desenvolvimento, foram induzidas fortemente pelos organismos multilaterais.

Ao analisar as reformas educativas na América Latina, no âmbito do Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe-PPE³, Neto e Rodriguez (2007) ressaltam que as políticas educacionais implantadas na década de 1980 encontravam-se voltadas essencialmente à dimensão quantitativa, à superação da pobreza e da desigualdade educativa; enquanto na década de 1990, o foco estava direcionado à temática da qualidade da educação e da gestão dos sistemas educativos.

Ainda na década de 1990, dentre as recomendações internacionais apresentadas aos países em desenvolvimento destacam-se ainda: a ênfase na centralidade da educação básica, vista como requisito principal para o desenvolvimento humano e social; a preocupação com o combate à pobreza; a oferta do básico para a população.

No documento Declaração Mundial sobre Educação para Todos, decorrente da Conferência Mundial sobre Educação para Todos⁴, promovida em 1990 pela UNESCO, pelo UNICEF, pelo PNUD e pelo BM, em Jomtien- Tailândia, há enfoque na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem a partir da educação básica, com ênfase para a educação das meninas e das mulheres. Constam ainda no documento, recomendações para: a promoção da equidade; a concentração da atenção na aprendizagem; a ampliação dos meios e o raio de

3 O Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (PPE) foi coordenado pela Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OREALC) ligada à UNESCO. Teve ainda a cooperação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). As discussões iniciaram em 1979 numa reunião que ficou conhecida como “Conferência Regional de Ministros da Educação e Ministros Encarregados do Planejamento Econômico” das Américas, sendo somente em 1981 na Conferência ocorrida no Equador, aprovado um planejamento para ser desenvolvido durante vinte anos (1981-2001).

4 Os países participantes foram: Indonésia, China, Bangladesch, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia.

ação da educação básica; a propiciação de um ambiente adequado à aprendizagem; e o fortalecimento de alianças.

Segundo Carnoy (2002, p. 66-67): “Uma atenção particular é prestada à educação das mulheres em razão de seu papel primordial no desenvolvimento econômico, nas mutações sociais, na educação das crianças e no planejamento familiar”. Não há a defesa de uma política universalista, mas sim políticas focalizadas.

Apesar da defesa da educação básica, observa-se que a ênfase do documento recai sobre a da universalização do ensino fundamental, não havendo destaque para outras etapas como a educação infantil e o ensino médio (educação secundária). Tal orientação encontra-se alinhada à concepção predominante nos organismos internacionais de que a educação secundária e superior devem ficar sujeitas ao pagamento de taxas, à expansão dos financiamentos privados.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, apesar da obrigação das instituições governamentais de proporcionarem a educação, pode ocorrer que estas não supram a totalidade das demandas necessárias, recursos humanos, financeiros e organizacionais, precisando, portanto, estabelecer alianças, entre: subsetores e formas de educação, órgãos educacionais e demais órgãos governamentais; as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias.

Desse modo, nota-se uma mudança de perspectiva, quanto à responsabilidade de garantir a igualdade de oportunidades e a escolaridade obrigatória e gratuita, anteriormente centralizada no Estado, passando para uma concepção de compartilhamento com a sociedade.

Outra tendência predominantes nos discursos dos organismos internacionais é a preocupação com a equidade social e o combate à pobreza, mas tal destaque visa principalmente o estabelecimento de uma maior harmonia social, diminuindo as possibilidades de conflitos sociais.

Além disso, os organismos internacionais investem-se do papel de promotores de serviços sociais básicos para a população necessitada, tendo em vista o desenvolvimento de condições que promovam, na realidade, o uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres que é o trabalho. Apesar de muitas vezes se apropriarem de discursos humanitários, de superação da pobreza e de superação das desigualdades, os documentos orientadores de políticas educacionais não contestam as macroestruturas do capitalismo, os mecanismos de reprodu-

ção do capital, as estruturas econômicas desiguais. Como afirma Silva (2012, p. 87), há “uma intencionalidade dirigida para acomodar interesses econômicos, moldar e adaptar sociais pelo consenso”.

Como aponta Silva (2012), nos documentos da UNESCO “Hacia las sociedades del conocimiento” (2005) e “Educação um tesouro a descobrir”, o conhecimento e a educação são apresentados como pilares para o desenvolvimento humano e social, para a luta contra a pobreza. Entretanto, não se estabelece um profundo debate sobre as causas do empobrecimento, a forma de apropriação da riqueza pelos ricos. Silencia sobre as estruturas de apartação.

Os discursos construídos pelos organismos internacionais apresentam fundamentos econômicos, mesmo que às vezes não tão evidentes. Ao mesmo tempo que propõem investimentos sociais, busca o retorno econômico. O investimento em educação considerado um dos mais rentáveis caminhos tanto para o aumento da capacidade de produção do indivíduo, como para o desenvolvimento das nações.

Ao priorizar a educação básica, Carnoy (2002) em obra publicada pela UNESCO, intitulada “Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber” apresenta algumas das razões para o investimento neste nível de ensino.

Assim, os Governos dos países em desenvolvimento são obrigados a aumentar os gastos com a educação para se dotarem de uma população ativa e mais instruída. Um sistema educacional bem estruturado e trabalhadores mais qualificados podem contribuir para atrair capitais de financiamento globalizados que desempenham um papel cada vez mais importante na economia mundial. No entanto, esses capitais têm, igualmente, interesses econômicos a curto prazo que incitam a restringir a função do setor público; além disso, tendem a favorecer o setor privado (Carnoy, 2002, p.24) .

Observa-se a preocupação com as taxas de retorno, especialmente, no que se refere ao desenvolvimento econômico, contendo referenciais analíticos da Teoria do Capital Humano, em que o investimento em educação é considerado um dos mais rentáveis caminhos, tanto para o aumento da capacidade de produção do indivíduo, como para o desenvolvimento das nações. Observa-se um entrelaçamento de conceitos econômicos ao político e ao social.

A assimilação de conhecimentos básicos de matemática e da alfabetização pelos detentores da força de trabalho promove habilidades que geram maior produtividade, aumentando, conseqüentemente, a produção econômica de um

país. Outra função ainda atribuída à educação básica é a de adaptar os jovens às sociedades modernas, no sentido de prepará-los para agirem eficientemente em seus futuros empregos.

Consegue-se constatar, portanto, no discurso internacional, que a defesa da educação e, especialmente, do ensino básico, apesar de apresentar-se permeada pela questão social – preocupação com a cidadania, combate à pobreza, promoção da equidade social – fundamenta-se, principalmente, em argumentos econômicos, movidos pela preocupação com a formação de recursos humanos, de acordo com as demandas do mundo produtivo; e apresenta em alguns momentos, um retorno aos postulados da Teoria do Capital Humano, disseminando largamente um discurso de crença na eficácia da educação como instrumento de distribuição de renda e equalização social.

Contudo, destinar à educação o papel de solucionadora de problemas de exclusão social, de forma desarticulada de um contexto mais amplo, pode representar uma visão limitada do real, uma vez que aquela não se encontra deslocada ou dissociada dos demais aspectos (econômicos, políticos, culturais, etc) que constituem a realidade concreta. A educação não é a “salvadora da humanidade”. Não se pode desconsiderar que ela seja condição necessária para a inserção das pessoas no mundo produtivo, principalmente, perante as mudanças tecnológicas e informacionais que se processam nos últimos anos, mas não é a solução para a inclusão de todos no mercado, pois o problema está na forma adotada de organização e desenvolvimento social – que é excludente- e isto por si só a educação não consegue resolver.

Sob o argumento da inserção e melhor desempenho no mundo competitivo, algumas perspectivas políticas são indicadas como imprescindíveis aos países menos desenvolvidos, como flexibilidade, empregabilidade, racionalidade, governança no setor público, privatização. A partir desses elementos, reformas educacionais têm sido construídas com foco principalmente na descentralização e avaliação dos sistemas de ensino, no currículo e na gestão educacional.

No processo de reestruturação estatal, com mudanças na forma e nas modalidades de atuação, Ball (2014) chama a atenção para novas tendências contemporâneas sobre a reforma da educação e da governança do setor público, a partir da construção de novas redes políticas sob o imaginário neoliberal, fundamentadas na disseminação de soluções privadas e empreendedorismo social aos problemas da educação pública. Segundo o autor, essas redes políticas funcionam como sistemas circulatórios que se conectam com crescente

fluxo – de pessoas, de capital, de ideias - e de políticas em movimento; não podendo a análise da política educacional ser realizada de forma restrita aos limites do Estado-nação. Para ele, a política educacional está sendo feita em novas localidades, em diferentes parâmetros, por novos atores e organizações” (Ball, 2014, p. 27). As redes políticas trazem mudanças nas formas de governança da educação, nacional e globalmente, institucionalizando novas relações de poder. Nessa perspectiva, Ball (2014) aponta:

Novas redes e comunidades de políticas estão sendo estabelecidas por meio das quais determinados discursos e conhecimentos fluem e ganham legitimidade e credibilidade e ‘esses processos estão localizados dentro de uma arquitetura global de relações políticas que não somente envolvem os governos nacionais, mas também OIGs (IGOs-Organizações intergovernamentais) [Banco Mundial, OCDE, *Corporação Financeira Internacional*, Organização Mundial do Comércio], corporações transnacionais e as ONGs. As políticas são desenvolvidas, promulgadas e avaliadas em várias redes globais[...], Estes são novos agenciamentos de políticas com uma gama diversificada de participantes que existem em um novo tipo de políticas em algum entre agências multilaterais, governos nacionais, ONGs, *think tanks*, e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais e empresas internacionais, em locais tradicionais e em círculos de elaboração de políticas e além (Ball, 2014, p. 34-35).

Perante essa nova dinâmica e reconfiguração do capital - em que emerge um novo padrão de acumulação, principalmente com a exacerbada internacionalização financeira - novas relações de poder se desenvolvem e novas redes políticas são construídas, marcadas, muitas vezes, por trocas sociais informais, negociações e compromissos em entre instituições patrocinadoras que ficam nos bastidores, principalmente com a expansão do capital financeiro.

Com essas mobilidades políticas e novos tipos de agenciamento, ultrapassando as fronteiras nacionais, se estabelece um fluxo global e de transferência e de disseminação de políticas educacionais entre territórios, desenvolve-se “novas formas de filantropia e de ajuda para o desenvolvimento educacional, para os processos de mercado de crescimento e expansão de capital e a busca por parte das empresas de novas oportunidades para lucro” (Ball, 2014, p. 37).

Desse modo, aprofundam-se as mudanças na forma de atuação do Estado, em que se dissemina, progressivamente, a necessidade de mudança de governos centralizadores e burocráticos para novos mecanismos de governança,

marcados pela descentralização e ampliação das parcerias, embasados em argumentos neoliberais. As agências, as organizações e os consultores internacionais se apresentam como grandes influenciadores e indutores desse processo de mudanças.

Nesse cenário, sob o argumento de obtenção da eficiência e eficácia, amplia-se a tendência de reformas e políticas de privatização da educação.

A privatização da educação pode ser definida amplamente como um processo através do qual organizações privadas e indivíduos participam cada vez mais e ativamente de uma série de atividades e responsabilidades educacionais que tradicionalmente têm sido de responsabilidade do Estado (Verger; Fontdevila; Zancajo, 2016, p.8)

Importante ressaltar que, ao contrário do que ocorre em outros setores, como energia, telecomunicações e aviação, o processo de privatização da educação não se dar em forma de transferência automática da propriedade do público para a iniciativa privada. Concretamente, ocorre gradativamente a expansão da atuação do setor privado na educação pública, quer seja pela prestação de serviços, pela importação de valores, técnicas, formas de gerenciamento ou estabelecimento de parcerias.

Similarmente, às argumentações anteriores, a análise de Peroni (2018) enfatiza as formas de reorganização das fronteiras entre o público e privado em reformas do Estado sob a influência da doutrina neoliberal, exemplificando com a materialização na educação básica brasileira e suas modalidades. Essa autora reconhece a existência de várias formas de privatização do público, tais como: a passagem do estatal para o privado ou terceiro setor com alteração da propriedade; a presença de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, em que predomina a direção do privado sobre o estatal; e a permanência da propriedade estatal com políticas educacionais e processos de gestão subordinados à lógica de mercado.

Especificamente, no caso da educação básica no Brasil, Peroni afirma, nessa pesquisa citada acima, existir um movimento contrário aos discursos legais e lutas sociais pela democratização do direito à educação obrigatória, reconhecidos na base normativa nacional, diante da evidência de forte presença do privado mercantil direcionando a educação pública estatal, modelando conteúdos curriculares, processos pedagógicos e modelos de gestão escolar

e executando a formação de profissionais, o monitoramento e as avaliações em larga escala de resultados de estudantes e de instituições.

Dessa forma, tem sido construída uma pauta global, objetivando a ampliação do privado na educação pública, em diferentes dimensões, como: na gestão dos sistemas educativos com adoção de linhas gerencialistas, implantação de processos decisórios descentralizados e de mecanismos competitivos meritocráticos; na gestão das aprendizagens, com enfoque na produtividade e no monitoramento por meio de sistema de avaliação; nas estratégias de financiamento e acesso ao ensino com esquemas de vouchers, escolas charter, incentivos fiscais contratação de serviços educacionais; na reforma do currículo com ampla participação de fundações, instituições e organizações financiadas direta ou indiretamente pelo capital.

Ball e Youdell (2008) distinguem notoriamente dois tipos principais de tendências de privatização e políticas relacionadas: (a) privatização da educação pública, ou privatização “exógena”, que envolve “a abertura dos serviços públicos de educação à participação do setor privado [geralmente] com fins lucrativos e usando o setor privado para projetar, gerenciar ou fornecer aspectos da educação pública”; e, (b) privatização na educação pública, ou privatização “endógena”, que envolve a “importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado para tornar o setor público mais empresarial e empresarial” (Verger; Fontdevila; Zancajo; 2016, p.8)

Ball (2014) aponta o Reino Unido, os Estados Unidos da América, a Austrália, o Chile, a Índia, a Nova Zelândia e, de alguma forma a China, como importantes locais de desenvolvimento de reformas educacionais privatistas exportadas para todo o mundo.

Assim, em diversos países, principalmente nos países em desenvolvimento tem sido implementadas reformas com enfoque nos processos de descentralização da autoridade e dos processos de ensino, permeado além da privatização de alguns níveis de ensino, por menos burocracia estatal e mais flexibilidade, de forma alinhada aos ditames do ideário neoliberal.

Ademais, os governos dos países em desenvolvimento têm incorporado cada vez mais estas políticas neoliberais, sem considerar suas especificidades, que apresentam necessidades e deficiências bem diferentes daquelas identificadas nos países centrais. Ao contrário disto, aqueles países têm cada vez mais respaldado suas decisões na ideologia neoliberal, fazendo opção pelo capital

financeiro internacional e subordinando-se crescentemente aos “mandos e desmandos” dos organismos internacionais. Afinal, as orientações dos organismos internacionais são apresentadas como se todos os países possuíssem situações e necessidades de soluções semelhantes.

Portanto, os defensores da doutrina neoliberal, ao defenderem a minimização ou desmantelamento da ação estatal, desconsideram, inclusive, que em muitos países em desenvolvimento nem chegou a consolidar-se efetivamente um Welfare State propriamente dito; diferentemente de países europeus, que conseguiram realmente organizar um Estado de Bem-Estar, garantindo altos patamares de realização de direitos e serviços sociais à sua população.

Não se pode esquecer que o neoliberalismo se sustenta sob os pilares da reprodução do capital e da lógica do mercado. Tal situação, em que Estado e políticas sociais adequam-se aos interesses e necessidades de valorização do capital, sendo submetidos cada vez mais à lógica do mercado, torna-se preocupante, principalmente nos países em desenvolvimento, permeados pela exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas e políticas educacionais construídas nas últimas décadas do século XX e no decorrer do século XXI, vem tendo forte influência do ideário neoliberal.

As orientações do receituário neoliberal, estruturadas, mormente, do ponto de vista dos países desenvolvidos - como minimização do Estado quanto aos gastos sociais e as intervenções econômicas, de incentivo ao livre mercado e às privatizações, de realização de reformas estruturais - passam a ser implementadas nos demais países em desenvolvimento, principalmente, sob a orientação dos organismos internacionais, defensores dos interesses do capital transnacional.

Agendas globais com foco na mercantilização da educação se expandem em redes de políticas com ampla mobilidade e fluxo, que de forma homogênea, sem considerar as realidades e especificidades nacionais e locais, realizam transferência ou importação de políticas para a educação entre os territórios.

Assim, necessário se faz compreender de forma profunda e crítica os efeitos sociais das políticas educacionais adotadas com foco na competitividade e

na privatização, principalmente nos países desenvolvidos, haja vista que, haver o risco de minar, de fato, a educação como direito e bem público.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Teresa. Dimensões e formas de privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de Mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan/abril, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.html> . Acesso em: 18 jul. 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, Pablo. SADER, Emir. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BROOKE, Nigel (Org.). Seção 6 – Crise cultural. In **Marcos históricos da Reforma da educação**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

CARNOY, Martin **Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber**. Brasília: UNESCO, 2002.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Federalismo e Financiamento da educação básica no Brasil**. Curitiba: Apris, 2018.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In: **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC, Edições UFC, 2008.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien> . Acesso em: 14 fev. 2023.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FLECK, Amaro. O que é o neoliberalismo? Isto existe? **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, v. 29, n. 59, p. 248 – 269, mai. - ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/29014/15997>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILLI, Pablo. (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS**, vol. 2, n. 4, 2007. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

LAUGLO, Jon. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.100, p. 11-48, mar./ 1997.

NADER, Giordano. **Estado e acumulação financeira na periferia do capitalismo: um exame descolonizado sobre a América Latina nas últimas três décadas**. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, RJ, 2019. Disponível em: < https://sep.org.br/anais/2019/Sesses-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa25/253.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023

NETO, Antonio Cabral. RODRIGUEZ, Jorge. Reformas Educacionais na América Latina: cenários, proposições e resultados. In NETO, Antonio Cabral e outros. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livros, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

SADER, Emir. GENTILLI, Pablo. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SILVA, Maria Abádia da. Agências, instituições e organizações internacionais atuam nas decisões de políticas para a educação básica pública? In: GUIMARÃES-LOSIF, Ranilce (org.) **Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania**. Brasília: Liber Livros, 2012.

SILVA, Soraia Raquel Alves da. **Projeto Aceleração de Estudos de 5ª a 8ª série no contexto neoliberal: a que interesses vêm atender?** São Luís, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, 2003.

UNESCO. **América Latina e Caribe – Inclusão e educação: todos, sem exceção: relatório de monitoramento global da educação 2020**. Chile: OREALC/UNESCO, 2020.

VERGER, Antoni, FONTDEVILA, Clara. ZANCAJO. Adria, Education Privatizationas State Reform: the ideological road to privatization in Chile and the United Kindon. In **The Privatization of Education a political Economy of Global Education Reform**. New York: Teachers College Press, Columbia University, 2016